

ANEXO 04
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, Clair Costa Miranda, portador da carteira de identidade nº 337.704 SSP-RO, e CPF nº 386.444.602-34, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Doutorado em Ciências do Movimento Humano da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço Rua Desembargador Pedro Silva, nº 2202. Bloco 12. Apto 32, sendo que o valor total do aluguel é de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): **Márcia Regina Corsi.**

Assinatura e telefone: **(48) 99652-2237**

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCIA REGINA CORSI**
Data: 04/04/2026 15:34:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: 04/04/2026

Documento assinado digitalmente
gov.br **CLAIR COSTA MIRANDA**
Data: 04/04/2026 15:39:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: "Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos".